**Aprendizado com Significado.**

**Lúcia Magalhães**

**Especialista em Pedagogia do Movimento Humano.**

Para que haja uma avaliação da aprendizagem é necessário, que se esteja engajado na relação de troca de conhecimentos entre aquele que ensina e, aquele que aprende.

Independentemente de qualquer outra coisa é necessário que, a princípio, seja feito um levantamento das necessidades de aprendizagens do aluno.

Qualquer proposta avaliativa nesse sentido, requer uma diagnose e um levantamento dos conteúdos ora propostos para cada nível.

Dentro dessa perspectiva, é necessário que se conheça o tipo de aluno que se vai educar. O que esse aluno traz de conhecimento? O que ele espera aprender?

A avaliação precisa ser um processo contínuo com significado e, em função de um objetivo, não é algo que serve apenas para medir a quantidade de assuntos propostos pelo conteúdo.

O aluno por outro lado, tem que se sentir incluído na realidade das práticas avaliativas pertencentes a escola, e não se vê apenas, como mero referencial de notas avaliativas que nada mas servem que não para medir a capacidade de resultados esperados pela escola.

A avaliação tem que ser um processo contínuo e bem mais amplo que isso. Não só o aluno deve ser avaliado, mas as práticas daqueles que as observam ou as praticam sejam avaliadas também. Segundo Freire (1996): “O professor é o ser que não mais educa, mas sim, aquele que aprende no processo de aprendizagem”.

Antes de mais nada o professor tem que servir como um facilitador na aquisição do saber, e não apenas um simples depositário de conteúdo.

Por isso, o levantamento dos processos de avaliação dentro das práticas docentes deve ser constante e analisado por todo o corpo que compõe a escola.

Como acontece em todo começo de ano letivo, é necessário estruturar o planejamento, junto ao projeto pedagógico da escola, não esquecendo que o processo avaliativo deverá perdurar por todo o ano letivo e, que dentro da sala de aula, ela é constante e permeia o processo de aprendizagem do aluno não como prática punitiva, muito menos para medir o que o meu aluno sabe sobre o conteúdo, mas para subsidiar o conhecimento pleno.

Essas propostas que são feitas no âmbito nacional nas instituições, nada mas servem do que na maioria dos casos aferir o nível de competitividade que se instaurou dentro dos processos educacionais.

As notas servem para medir pela quantidade e, não pela capacidade ou/ a qualidade do conhecimento alcançado pelo meu aluno.

Nessa performance “eu”, com essa prática acabo classificando os de mais alto desempenho, e excluo aqueles que não alcançaram a excelência dos conteúdos propostos pela instituição. Portanto, acabo fazendo com que não aja essa troca de conhecimentos, e, sim,encho o meu aluno de conteúdos propostos no planejamento aferido pelo conteúdo em razão da proposta de avaliação ou seja, à quantidade de assuntos que ele foi capaz de entender.

Com isso, o conhecimento e o aprendizado acabam ficando em segundo plano, pois uma avaliação de qualidade deve levar em conta as mudanças ocorridas dentro da sociedade, como também, as práticas de inclusão que deve subsidiar os processos avaliativos dentro das escolas.

Assim, é necessário que cada vez mais seja revisto os processos avaliativos e que estes sirvam de parâmetros não apenas para medir quantidades e, sim, a qualidade do conhecimento adquirido.

Uma avaliação que possa se dá não apenas em função do aluno, mas em função também, dos educadores e suas práticas frente a sociedade. As possibilidades na aquisição do conhecimento devem estar inseridas no contexto e normatização da escola.

Nos modelos tradicionais de avaliação que se estenderam ao longo dos anos 60 época da educação tecnicista, não se tinha a possibilidade de inquerir qualquer reação frente aos ensinamentos. Elas eram avaliadas a partir do modelo comportamental do indivíduo e do seu desempenho frente as possibilidades apresentadas.

 Isso, serviu de base do controle como modelo de exclusão dos instrumentos de avaliação que perduram até os dias de hoje, onde o saber na maioria das instituições é apenas depositado.

Essas formas de avaliação começaram a ser revistas a partir da concepção de vários educadores como Demo, Hoffman, Luckesi, etc. Que frente aos acontecimentos educacionais que proliferam a mente e excluem o indivíduo da real aquisição do saber, se viram obrigados a clamar por novas práticas de ensino, buscando avaliação do conhecimento a real aquisição do saber como algo de supremacia da sociedade.

Não evidenciando o aluno de maior poder aquisitivo, ou seja, das elites, mas um ensinamento que pudesse fazer com que o aluno se visse inserido na sociedade como ser crítico e, coberto de plenos direitos.

Por isso, o modelo de avaliação que ainda perdura nos sistemas educacionais não só exclui o aluno, como tira dele a possibilidade de conhecer a essência dos conteúdos propostos, e seus significados para a vida prática.

O aluno precisa ser reconhecido frente as possibilidades dos instrumentos avaliativos sendo que, essa prática requer um estudo e um tempo para ocorrer, não é algo construído de maneira aleatória e simples. É algo que se dá ao longo do processo.

Referências:

Freire, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Editora Terra e Paz,1996.

[www.luckesi.com.br/e-mail:contato@luckesi.com.br](http://www.luckesi.com.br/e-mail%3Acontato%40luckesi.com.br)